

# George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror

*George W. Bush and the construction of the enemy in the war on terror*

Lucas Amaral Batista Leite

## Resumo

Os atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001 marcaram o início da chamada guerra ao terror, denominação pelo governo do então presidente norte-americano George W. Bush ao conflito contra a organização terrorista transnacional Al Qaeda e países considerados patrocinadores do terrorismo internacional. A guerra ao terror é discutida nesse trabalho a fim de compreender como o inimigo é construído discursivamente por meio de características específicas como metáforas e resgates históricos – especialmente pela fluidez do conceito que, pela própria abrangência, demanda uma análise mais cuidadosa. Selecionamos discursos presidenciais e documentos voltados às questões de segurança nacional para podermos construir os processos de conexão e diferenciação entre o que seria a identidade norte-americana em contraponto à do “outro”, neste caso, o inimigo. Para tanto, usamos da análise proposta por Lene Hansen, além da teoria social do discurso de Norman Fairclough e uma breve abordagem de conceitos para uma proposta pós-estruturalista em Relações Internacionais

**Palavras-chave:** George W. Bush; Guerra ao Terror; Inimigo; Análise do Discurso; Pós-Estruturalismo.

## Abstract

The terrorist attacks on September 11, 2001 marked the beginning of the so-called war on terror, denomination used by the government of then U.S. president George W. Bush's war against the transnational terrorist organization, Al Qaeda, and countries considered sponsors of international terrorism. The war on terror is discussed in this paper in order to understand how the enemy is constructed discursively through specific characteristics such as metaphors and historical redemptions - especially by the fluidity of the concept which, by its scope, demands a more careful analysis. Presidential speeches and documents focused on national security issues were selected in order to build the processes of linkage and differentiation between what would be the American identity in opposition to the “other”, in this case, the enemy. For this purpose, we use the analysis proposed by Lene Hansen, and social theory of discourse by Norman Fairclough, and a brief overview of concepts for a proposed post-structuralist approach in International Relations.

**Key words:** George W. Bush; War on Terror; Enemy; Discourse Analysis; Post-Estructuralism.



**E**ste artigo tem o objetivo de mostrar como se deu a construção do “inimigo” pelo presidente George W. Bush, por meio de seus discursos dirigidos à nação (State of the Union). Para tanto, buscaremos demonstrar como o papel da linguagem se manifesta nas ciências sociais e, mais especificamente, nas Relações Internacionais. Isso será feito por meio de um breve histórico do método e da disciplina. Veremos também que a análise do discurso pode ser útil para entender como determinados fenômenos são construídos, imaginados e transmitidos.

Dessa forma, apresentaremos como o presidente Bush construiu o inimigo, ao justificar as intervenções no Afeganistão e no Iraque como essenciais à estabilidade internacional e, dentro de um plano mais amplo, à “guerra ao terror”. Nesse contexto, a construção da imagem norte-americana em contraponto à imagem do inimigo, de acordo com o período e a adaptação, formará a base para o entendimento desse processo.

Para concluir, apresentaremos, sob a estrutura de Lene Hansen, como se dá a construção do objeto desta pesquisa e como a análise do discurso pode ser uma ferramenta útil para demonstrar a constituição de determinados atores nas Relações Internacionais. No caso deste trabalho, como se dá a construção do “inimigo” em relação aos Estados Unidos.

## **Discurso e linguagem – uma breve apreciação**

No contexto mais atual, o fenômeno conhecido como “giro linguístico”<sup>1</sup> foi responsável pela introdução das questões discursivas nas Ciências Sociais, enfatizando o papel da linguagem e colocando o discurso como objeto de análise dos pesquisadores (GRACIA, 2004). De acordo com Rojo:

A atenção que hoje se dedica ao discurso é resultado de dois movimentos consecutivos e relacionados com o pensamento ocidental do último quarto do século XX: o giro linguístico e o aumento da reflexividade social. Para os quais, aliás, a atenção ao discurso também veio contribuir. (ROJO, 2004, p. 208)

A partir daí, com o pensamento de que o discurso fazia parte da construção da realidade, passou-se a dar importância à sua análise a fim de que a própria realidade fosse estudada – como os processos discursivos constituíam e construía o que era apreendido como real e

1. Também chamado de “virada linguística” por alguns autores.

sistêmico (IÑIGUEZ, 2005). A análise do discurso então passou a ser utilizada por diversas áreas do conhecimento como forma de compreender fenômenos específicos de cada área e de introduzir novas possibilidades teóricas e metodológicas, deixando de ser um objeto exclusivo dos estudos linguísticos e passando a obter reconhecimento como ferramenta importante nas humanidades em geral. “Com efeito, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, a filosofia etc., todas fizeram suas contribuições e desenvolveram métodos específicos de análise” (IÑIGUEZ, 2004, p. 107). A seguir discutiremos como a análise do discurso se desenvolveu e pode ser apresentada de diversas formas, a fim de servir a propósitos distintos relacionados ao método e à teoria que se tome como ferramenta de explicação.

## Precedentes da análise do discurso

É necessário inicialmente apresentar as mudanças desde os primeiros estudos na linguística, especialmente no que diz respeito à análise estruturalista. Ferdinand de Saussure, pioneiro nos estudos linguísticos, é um dos fundadores do estruturalismo do século passado. Sua pesquisa se baseia no estudo da língua como autorreferente, à qual se pressupõe uma estrutura própria, independente da sua relação com mundo. Isso permitiria verificar regularidades e, dessa forma, compreendê-la na sua totalidade (MUSSALIM, 2001).

Fernanda Mussalim (2001) afirma que a disciplina de análise do discurso (AD) teve sua origem na França, por meio das obras do linguista Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux. Seus trabalhos tinham influência das ideias estruturalistas e marxistas que, na década de 1960, juntamente com a expansão da linguística, procuraram estabelecer novas formas de pesquisa acerca dos elementos políticos da época. A criação de um método próprio dá à linguística um caráter mais científico, que lhe permite impor-se como ciência frente a outras correntes. Para Pêcheux, seria necessária uma ruptura com o modelo da fala/língua saussuriana, abordando-se os aspectos de formação do discurso, com ênfase no sujeito e seu contexto social e histórico. Esse autor criará o conceito de “máquina discursiva”, “um dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas ‘formações sociais’”<sup>2</sup> (MUSSALIM, 2001, p. 106).

---

2. Conceito criado por Althusser, que seria o conjunto de relações entre as classes sociais dentro de um certo período.

Nesse contexto, o filósofo Althusser usará o materialismo histórico para analisar como determinadas reproduções sociais se davam por meio dos discursos. A linguística deveria ser estudada na sua materialidade, ou seja, sua existência se daria independentemente do conhecimento que se tivesse acerca dela. O objetivo de Althusser era “evidenciar o mecanismo responsável pelas relações de produção, comum a todas as ideologias particulares” (MUSSALIM, 2001, p. 103). Suas ideias se baseavam na concepção marxista de infraestrutura e superestrutura. A primeira seria a base econômica da sociedade capitalista, enquanto a segunda, determinada por essa, corresponderia às instituições que reproduziriam a primeira num sistema circular de influências recíprocas. A ideologia faria parte da superestrutura, “portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada” (MUSSALIM, 2001, p. 104). O papel da linguagem nessa estrutura seria o de perpetuação das ideologias. A construção dos discursos estaria ligada às instituições provenientes da superestrutura.

A partir desses pressupostos Althusser construirá sua concepção do Estado, na verdade um aparelho repressivo do Estado (ARE), que funcionaria como órgão responsável pela coação e que seria complementado pelas instituições, as quais operariam por meio da ideologia, denominadas aparelhos ideológicos do Estado (AIE). A ação desses aparelhos e como eles se estruturam é o que define o funcionamento da ideologia. A linguagem seria um importante meio de atuação da ideologia e, por isso, seu estudo permitiria entender a construção dos discursos utilizados pelos AIE a fim de perpetuar crenças e valores.

A evolução da AD permitiu que correntes distintas criassem suas próprias fronteiras de pesquisa. Isso pode ser notado na diferença entre a AD de origem francesa e a AD de origem anglo-saxã (MUSSALIM, 2001). A primeira teria maior influência da história, enquanto a segunda, maior contato com a sociologia. Dessa forma, a AD francesa focaria sua análise principalmente no contexto histórico e social em que são feitas as enunciações, levando em conta aspectos ideológicos que influenciam o discurso do sujeito enunciatador. A AD anglo-saxã privilegia a análise do sujeito enquanto enunciatador e a interpretação dos discursos.

Para Mussalim (2001), a análise do discurso pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, AD-1, enfoca discursos mais

estáveis, de origem comum e fechados numa estrutura muito própria. A autora exemplifica com os discursos políticos do Partido Comunista, em que a produção discursiva se dava “a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes” (MUSSALIM, 2001, p. 117). Essa construção seria estabelecida por uma “máquina discursiva” que delimitaria as fronteiras de produção em relação à semântica e à criação.

A AD-2 rompe com o conceito de “máquina discursiva”, uma vez que considera a possibilidade de influência externa na produção dos discursos, que seriam mais conflitantes e menos estáveis. Nesse caso, o dispositivo que classificaria os discursos em outra perspectiva analítica seria a “formação discursiva” (FD), conceito concebido pelo filósofo Michel Foucault, que “determinaria o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social” (MUSSALIM, 2001, p. 119). De acordo ainda com Mussalim, existiria então uma divisão dentro da FD entre o que é do próprio discurso (interno a ele), e o que seria de fora (externo a ele). Isso significa o rompimento com a noção de uma estrutura fechada, em que uma FD seria uma construção de elementos de outros discursos. De acordo com a autora, “[n]essa segunda fase da AD, portanto, o objeto de análise passará a ser as relações entre as ‘máquinas discursivas’. Vale ressaltar, no entanto, que o fechamento da máquina ainda é conservado, pois a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão” (2001, p. 119). A AD-2 poderia ser relacionada ao processo do “ato discursivo”, relacionado à securitização, abordada mais à frente.

Mussalim, por fim, aborda a AD-3 de maneira bem sucinta, relacionando-a a uma desconstrução das “máquinas discursivas”. Ao contrário da versão em que as “formações discursivas” atravessariam umas às outras de maneira independente, o que se teria seria um interdiscurso dentro do qual todas as FDs se formariam. A AD-3, numa comparação com outras teorias, se encaixaria mais numa análise do discurso pós-estruturalista, em que as estruturas fechadas das outras fases são abordadas num contexto único, o interdiscurso – lugar da análise, nesse caso.

Para Fairclough (2001), o termo “discurso” é usado como uma representação social, em que o sujeito constrói ao mesmo tempo sua identidade e age na formação do mundo e dos outros indivíduos. Isso “implica uma relação dialética entre o discurso e a estru-

tura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito para a primeira” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Esse discurso também se delinea pela estrutura social no qual é construído, sob a influência das diversas representações identitárias em torno do sujeito que o produz. O discurso, portanto, não se limita à representação do mundo, mas lhe confere significado, numa prática de constante construção de distintas formas de significação.

Com efeito, em primeiro lugar é uma questão de admitir totalmente a distinção entre linguagem e discurso. O discurso é a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar essa premissa, estamos aceitando também que a estrutura social determina, dessa forma, as condições de produção do discurso. (IÑIGUEZ, 2004, p. 149)

Fairclough ainda sugere três efeitos construtivos do discurso. O primeiro é relativo àquele que produz o discurso, o sujeito da relação social. O segundo se dá pelas relações sociais e a interação de sujeitos distintos. Por fim, o discurso “contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Esses três efeitos se relacionam ao que ele chama de funções da linguagem, e são, respectivamente, as funções “identitária”, “relacional”, e “ideacional”.

Fairclough ainda enfatiza a prática política e ideológica. O discurso, no que se refere à prática política, “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). No que se refere à prática ideológica, o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem, de acordo com as relações de poder preexistentes. Conclui-se daí que as práticas políticas e ideológicas não estão separadas, mas se conectam numa relação dialética de complementaridade.

Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjetiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Em outras palavras, a cognição pessoal e social sempre medeia a sociedade ou as situações sociais e o discurso. (DJIK, 2008, p. 26)

O autor também aponta para o entendimento da “prática discursiva”, salientando que além de ser uma prática social, o discurso deve ser entendido especialmente na sua forma linguística. Por isso, uma “prática discursiva” será entendida como um “texto”, que tanto pode ser linguagem falada como linguagem escrita. A prática discursiva é mais uma forma de representação das práticas sociais. As últimas podem ter elementos discursivos na sua totalidade ou apenas parcialmente, mas a linguagem é essencial para que qualquer construção possa ser dotada de significado.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Segundo Fairclough, a análise de uma prática discursiva deve focalizar três processos: a produção, a distribuição e o consumo textual. Portanto, uma análise do discurso deverá obedecer a esses três enfoques de uma formação discursiva: delimitação do sujeito enunciativo, passando pela forma como o discurso se traduz nas relações sociais e, por fim, como ele será recebido por uma determinada plateia. Essa divisão é o que Fairclough chama de concepção tridimensional do discurso, que busca colocar numa mesma estrutura analítica as concepções sociológicas e linguísticas da análise discursiva.

A prática discursiva de onde o texto é subtraído faz parte de uma prática social maior, que engloba todo o ambiente do discurso, isto, é, todas as relações sociais entre o enunciativo e o receptor, e os fatores que interferem diretamente na forma como uma mensagem se dará de um plano para outro. Fairclough (2001), ao abordar a produção textual, apontará para as diferentes formas de construção dos textos. Contextos sociais específicos limitarão uma determinada produção textual, o que pode significar o uso de determinados termos e um padrão de diferenciação linguística para um público-alvo pré-selecionado. Um periódico de cunho político, por exemplo, usará construções que ressaltem suas ideias de forma clara ao seu público, para que o entendimento seja direto e haja identificação entre o sujeito enunciativo e o receptor.

Em relação ao consumo, o contexto social também será responsável por delimitar a forma como serão construídos os signifi-

cados em um discurso. Seu objetivo pode ser variado e causar distintas reações nos receptores, de forma que “alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108).

A distribuição de um texto se preocupará em como ele será recebido pelo público. Especialmente no caso de discursos políticos e ideológicos, diversas instituições trabalham numa mesma construção discursiva, a fim de torná-la mais palatável e de facilitar a percepção da ideia proposta e a identificação entre os sujeitos inseridos nessa prática social.

De acordo com Fairclough:

Produtores em organizações sofisticadas, como departamentos de governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os ‘receptores’ (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os ‘ouvintes’ (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e ‘destinatários’ (aqueles que não constituem parte dos leitores ‘oficiais’, mas são conhecidos como consumidores de fato). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108)

O conceito de “mudança discursiva” para Fairclough buscaria compreender mudanças que o sujeito enunciator produz num discurso a fim de corroborar ou mudar o foco de uma ideia previamente apresentada. Isso estaria ligado diretamente à forma como o consumo de um texto se daria pela plateia a que se dirige. A aceitação e conseqüente identificação com um discurso poderiam significar a sua manutenção, mas quando há problemas na ordem do consumo, é necessário que se reveja como determinadas construções foram feitas internamente ao discurso para se adaptar ao público direcionado.

Por fim, resta mencionar que a combinação de novos elementos numa mudança discursiva altera a estrutura prévia de um discurso, e é nesse ponto que a análise deve ser feita. A forma como determinadas ideias deixaram de ser colocadas e a contradição com novas ordens discursivas são essenciais para se entender como se dão as mudanças relativas à produção do texto, o que permite compreender a intenção dessa mudança em relação a uma nova distribuição e conseqüente consumo pela plateia em questão.

## Discurso, identidade e estrutura nas Relações Internacionais

Neste trabalho, o enfoque teórico será dado às teorias de cunho mais construtivista, a fim de explorar desde uma visão mais crítica dentro do paradigma até uma abordagem mais reflexivista, ligada aos trabalhos considerados pós-estruturalistas. Dessa forma, buscaremos compreender como o discurso e a identidade se relacionam no que é entendido como estrutura nessas proposições teóricas e como elas se colocam dentro das Relações Internacionais, especialmente na área de segurança internacional.

O papel do discurso como construtor das ideias sempre esteve presente no paradigma construtivista (num sentido amplo, desde o mais positivista até o mais radical). O que diferencia a proposição de um autor para outro é a forma como o discurso é apresentado metodologicamente, se dentro de uma estrutura fixa ou relacionado diretamente à desconstrução da realidade, inseparável dela e instável na sua estrutura (BUZAN; HANSEN, 2009). Essa primeira visão, mais estruturalista, pode ser corroborada no seguinte argumento:

Linguagem não é realidade, mas é a nossa única forma de apreender a realidade a fim de torná-la socialmente compreensível e útil. Porque humanos são animais sociais, a realidade em que existimos e agimos todos os dias é largamente uma realidade social e, pelo que é, requer a linguagem (tradução nossa).<sup>3</sup> (SCHONBERG, 2009, p. 10)

Nesse sentido, a construção das identidades se dá dentro de uma estrutura fixa, e os elementos discursivos ajudam a compreender como essas construções são feitas a partir do que é apresentado dentro dessa própria estrutura. Não há, portanto, algo fora da estrutura ou dos discursos apreendidos, mas sim uma relação entre eles de autorreferenciação e construção baseada no contexto, nos atores, nos objetivos, interesses etc. (SCHONBERG, 2009). Há ainda a percepção de que é necessário compreender como as identidades de atores distintos se relacionam entre si e são construídas em contrapontos ou correlações. Um exemplo disso é a construção apresentada por Dijk (2008): “Semântica e lexicalmente, os outros são então associados não apenas com a diferença, mas também com o desvio (“ilegitimidade”) e a ameaça (violência, ataques)”.

3. Language is not reality, but it is our only means of apprehending reality so as to make it socially comprehensible and useful. Because human beings are social animals, the reality in which we exist and act every day is largely a social reality and to the extent that it is, it requires language.

Isso é importante para que se consiga compreender como o “eu” é construído em relação ao “outro”, num processo de alteridade ou complementaridade, expresso nos estudos de segurança, por exemplo, na construção de aliados ou inimigos (ROJO, 2004). “Aqueles que dispõem da linguagem quando examinam a construção de uma ameaça, perigo e identidades, alegam que ganhamos um melhor entendimento dessa complexidade e construção” (AGIUS, 2010, p.63, tradução nossa).<sup>4</sup>

## O papel do discurso na abordagem pós-estruturalista

Uma abordagem considerada pós-estruturalista enxerga as construções discursivas como elas mesmas construtoras da realidade. Isso significa dizer que não é possível apreender o conceito de identidade sem que se entenda todo o processo em que ela foi construída discursivamente – nesse ponto, remetendo à própria construção da realidade como um ato discursivo (BUZAN; HANSEN, 2009). Nesse sentido,

[...] a linguagem tem uma capacidade influenciadora e estruturante que a provê de “poder social”. [...] A alegação central foi a de que a escolha de diferentes metáforas, eufemismos ou analogias tem consequências fundamentais para como a “realidade” foi entendida, e também para quais políticas devem ser adotadas. (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 141, tradução nossa)<sup>5</sup>

O papel das figuras de linguagem como a metáfora, a hipérbole e a metonímia, por exemplo, é central no entendimento de como um discurso se relaciona à construção da realidade para os pós-estruturalistas. Isso porque elas configuram desvios ou instabilidades nessas construções e permitem analisar o que estaria “por trás” do que é enunciado, o que demonstraria a fluidez da própria estrutura, uma vez que não são independentes entre si (RICOEUR, 1992). De acordo com Campbell, “sinônimos, metonímias e metáforas não são formas de pensamento que acrescentam um segundo sentido a outro primário, constitutivo e literal das relações sociais;

---

4. Those who deploy language when examining the construction of threat, danger, and identities claim that we gain a better understanding of the complexity and construction itself

5. [...] language has a structuring and influencing capacity that provides it with “social power”. [...] The central claim was that the choice of different metaphors, euphemisms or analogies had fundamental consequences for how “reality” was understood, and hence also for which policies should be adopted.

ao contrário, eles são parte do próprio terreno primário em que o social é construído” (CAMPBELL, 1998, p. 7, tradução nossa).<sup>6</sup>

A principal diferença entre os estudos apresentados anteriormente da securitização e o que iremos discutir acerca de autores pós-estruturalistas é a dicotomia entre o “eu” e o “outro”. Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao “outro”, em relações de que está no interior/exterior e que são manipulados como bem/mal, civilizados/bárbaros etc. “Segurança’ então se torna um requisito duplo de que o Estado precisa para ser seguro, mas também precisa do outro ameaçador para definir sua identidade, dando-lhe um sentido ontológico de segurança” (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 218, tradução nossa).<sup>7</sup> O objetivo das análises pós-estruturalistas é, portanto, desconstruir estruturas percebidas em um discurso ou ação, a fim de desestabilizar “verdades” preconcebidas e encontrar instabilidades no que é apresentado (MUTIMER, 2010).

Mais especificamente, a teoria pós-moderna provê uma crítica da representação e da crença moderna de que uma teoria reflete a realidade, e fala em posições “perspectivas” e “relativistas” que as teorias no máximo apresentam parcialmente em relação aos seus objetos, e que todas as representações cognitivas do mundo são historicamente e linguisticamente mediadas. (BEST; KELLNER, 1991, p. 4, tradução nossa)<sup>8</sup>

A distinção que David Campbell (1998) faz entre risco e ameaça é uma forma interessante de perceber como os termos podem ser usados de forma a tentar convencer uma plateia acerca de “necessidades” que um ator tenha sobre o que é construído em relação ao “outro” – por exemplo na legitimação de uma intervenção ou da nomeação de um grupo como terrorista. O discurso serve como ligação entre a percepção do seu autor com seu interesse, aqui entendido como a prática ou os meios para atingir determinados ob-

6. synonymy, metonymy, metaphor are not forms of thought that add a second sense to a primary, constitutive literality of social relations; instead, they are part of the primary terrain itself in which the social is constituted

7. ‘Security’ thus became an ontological double requirement the state needed to be secure, but it also needed the threatening Other to define its identity, thereby giving it ontological security.

8. More specifically, postmodern theory provides a critique of representation and the modern belief that theory mirrors reality, taking instead “perceptivist” and “relativist” positions that theories at best provides partial perspectives on their objects, and that all cognitive representations of the world are historically and linguistically mediated.

jetivos. O processo de construção do ator responsável pelo discurso passa diretamente pelo processo de apagamento ou construção do outro a que se refere (como amigo ou inimigo, mas, nesse caso, os inimigos). De acordo com o autor, “trata-se de todas essas práticas de diferenciação na confrontação entre o *self* e o *other*, e seus modos de figuração” (CAMPBELL, 1998, p. 99, tradução nossa).<sup>9</sup> O perigo é entendido como a condição material, aquilo que de fato pode causar dano ou agir objetivamente. Ameaça, no entanto, é a condição subjetiva, aquilo que é entendido e construído como perigo, não porque é, mas por ser discursivamente dito como tal.

Para o pós-estruturalismo, a linguagem é ontologicamente significativa: é somente por meio da construção na linguagem que as “coisas” – objetos, sujeitos, Estados, seres vivos e estruturas materiais – ganham significado e uma identidade particular. A linguagem não é uma ferramenta transparente que funciona como um meio para registrar informações como os positivistas assumem (implicitamente), a ciência empírica, mas um campo da prática política e social, sendo que não há um “verdadeiro significado” ou objetivo na representação linguística a que alguém pode se referir. (HANSEN, 2006, p. 18, tradução nossa)<sup>10</sup>

Os significados em um discurso, portanto, não são desconectados da realidade que ele procura construir. São, de fato, parte intrínseca e sem a qual não se pode compreender como uma estrutura é construída, e na qual as identidades se relacionam, positiva ou negativamente. Daí a conclusão de Campbell de que “o mundo existe independentemente da linguagem, mas nós nunca podemos ter o conhecimento para *prová-lo* (além do fato dessa afirmação), porque a existência do mundo é literalmente inconcebível fora da linguagem e nossas tradições de interpretação” (CAMPBELL, 1998, p. 6, grifo do autor, tradução nossa).<sup>11</sup> Nesse processo, a identidade de um ator é construída em contraponto ao “outro”. Novamente,

9. [...] all those practices of differentiation implicated in the confrontation between self and other, and their modes of figuration.

10. To poststructuralism, language is ontologically significant: it is only through the construction in language that “things” – objects, subjects, states, living beings, and material structures – are given meaning and endowed with a particular identity. Language is not a transparent tool functioning as a medium for the registration of data as (implicitly) assumed by positivist, empiricist science, but a field of social and political practice, and hence there is no objective or “true meaning” beyond the linguistic representation to which one can refer.

11. the world exists independently of language, but we can never *know* that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation.

as relações de identidade entre “eu” e “outro” construídas pela diferença não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e percepções envolvidos (CAMPBELL, 1998).

Nesse contexto, a estrutura analítica proposta por Lene Hansen (2006) pode ser muito útil para se perceber como a diferenciação entre o “eu” e o “outro” é construída por meio do discurso. Hansen cita quatro elementos a serem delimitados nessa estrutura de pesquisa:<sup>12</sup>

- 1) *Número de atores*: diz respeito ao número de atores ou agentes envolvidos na análise textual. Pode ser: a) único, quando se trata de apenas um ator responsável pelo discurso; b) comparativo, em que vários atores têm seus discursos cruzados e comparados entre si e c) cruzado, contrapondo-se discursos de dois (ou mais) atores que têm relação dicotômica entre si.
- 2) *Tipos de texto*: é a seleção do tipo textual a ser abordado. Divide-se em: a) discursos oficiais, transmitidos por órgãos estatais e agências ou proferidos diretamente por seus autores físicos, como presidentes e ministros; b) debate político amplo: outras formas de discurso como a mídia, partidos políticos de oposição e corporações; c1) representações culturais: envolvem o estudo de questões culturais mais gerais e c2) discursos políticos marginais.
- 3) *Perspectiva temporal* é a posição do texto selecionado no tempo. O discurso pode ser alocado sob três perspectivas: a) um momento específico ou período de tempo; b) em momentos distintos, para que seja feita comparação entre eles e c) desenvolvimento histórico: como determinado fenômeno discursivo se desenvolve historicamente.
- 4) *Número de eventos* é a limitação de eventos abordados pelo discurso. Pode ser: a) um evento único; b) eventos múltiplos que se relacionam através de determinado assunto ou c) eventos múltiplos que se relacionam ao longo do tempo.

Essa proposição permite construir um desenho de pesquisa capaz de abordar os principais elementos de um discurso (ou vários discursos). Nessa estrutura, são colocados tanto os atores quanto o contexto discursivo, ou seja, preocupa-se não somente em quem é responsável pelo enunciado, mas também em onde e como o discurso em questão foi construído, tomando essa preocupação como necessária à compreensão de todos os elementos que virão a constituir o “eu” e o “outro” no processo de diferenciação também proposta pela autora. “A estratégia da análise do discurso é a de incorporar

12. Os termos originais são: 1) *Number of selves*, 2) *Intertextual models*, 3) *Temporal perspective* e 4) *Number of events*.

fatores materiais e ideacionais ao invés de privilegiar um em detrimento do outro” (HANSEN, 2006, p. 23, tradução nossa).<sup>13</sup>

Hansen propõe em um primeiro momento que se crie uma estrutura que permita compreender como são construídos os processos de ligação de cada uma das identidades (do “eu” e do “outro”). Depois que esse processo é concluído, passa-se para o processo de diferenciação, em que cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra, de forma a demonstrar como as construções discursivas se relacionam.

Os processos de ligação e diferenciação proveem conceitos teóricos e ferramentas metodológicas para conduzir análises empíricas e permitem uma análise estruturada e sistemática de: como os discursos procuram construir estabilidade, onde eles se tornam instáveis, como eles podem ser desconstruídos, e o processo pelo qual eles mudam. Como o significado de cada signo é estabelecido por meio da ligação e da diferenciação, sempre há uma brecha entre eles: eles são ligados entre si, mas nunca totalmente da mesma forma. A instabilidade pode ser articulada explicitamente se o outro é construído como radicalmente diferente, ainda que parte do eu, mas discursos geralmente envolvem uma análise mais parcimoniosa de como ligações e justaposições entram em conflito entre si. (HANSEN, 2006, p. 44-45, tradução nossa)<sup>14</sup>

Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores no desenho de pesquisa. As relações específicas de cada ator se dão dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao “outro”, a fim de que o que pode parecer uma construção “positiva” do “eu” seja percebido da forma como possivelmente é, em uma posição hierárquica (HANSEN, 2006). As identidades apresentadas por Hansen, quando analisadas individualmente, apenas remontam o quadro de cada um dos atores, mas não explicitam as possíveis inconsistências das relações identitárias em um discurso; para tanto, é necessário o processo de diferenciação.

---

13. The strategy of discourse analysis is thus to “incorporate” material and ideational factors rather than to privilege one over the other.

14. The process of linking and differentiation provide theoretical concepts and methodological tools for conducting empirical analysis and they allow for a structured and systematic analysis of: how discourses seek to construct stability, where they become unstable, how they can be deconstructed, and the processes through which they change. As the meaning of each sign is established through linking and differentiation, there is always a gap between them: they are linked to each other, but never fully the same. Instability might be explicitly articulated if the Other is constructed as radically different yet also as part of the Self, but discourses will usually involve more careful analysis of how links and juxtapositions come into conflict with each other.

Metodologicamente, deve-se começar identificando-se aqueles termos que indicam uma construção clara do outro [...] ou do eu [...]. E não a construção da identidade por si só, porque isso não é possível somente por meio da designação de um signo particular para o outro e para o eu, mas ao contrário, por meio da locação desse signo dentro de um sistema mais largo. (HANSEN, 2006, p. 41-42, tradução nossa)<sup>15</sup>

A diferenciação proposta por Hansen é próxima do que Campbell (1998) discute no processo de construção das identidades. Para esse autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “outro” possa ser percebido como “mau” ou “inferior”.

## A construção do inimigo por George W. Bush

Com o desmantelamento da União Soviética, os Estados Unidos encontravam-se sozinhos num mundo unipolar, ou seja, não havia outra potência capaz de fazer frente ao seu poder ou desafiá-lo em qualquer campo (HOBSBWAM, 2007). O fim da Guerra Fria representava um momento único na história mundial, em que os EUA poderiam enfim projetar seus valores livremente com o intuito de disseminar ideais democráticos e liberais (PECEQUILO, 2005).

Os Estados Unidos teriam então a obrigação e a responsabilidade de manter a estabilidade e a paz (TEIXEIRA, 2007). As “funções” a serem exercidas pelos EUA eram apresentadas da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; e maior investimento e ampliação das Forças Armadas, capazes de se manterem na vanguarda tecnológica e de dissuadirem qualquer ameaça ou inimigo (TEIXEIRA, 2007).

Em seus discursos, Bush afirma que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria de seu país, o que lhe daria o “dever” de agir como tal. Os EUA teriam, portanto, a responsabilidade de defender os ideais civilizatórios, da democracia e da liberdade.

---

15. Methodologically, one should therefore begin by identifying those terms that indicate a clear construction of the Other [...], or of the Self [...]. Identity construction is not, however accomplished solely through the designation of one particular sign for the Other or the Self but rather through the location of this sign within a larger system.

Nessa “nova era”, os Estados Unidos seriam os líderes de uma profunda mudança, a fim de expandir os ideais democráticos. Estava em construção a “nação indispensável”, protetora das instituições e dos valores democráticos, próprios da civilização. A história, de acordo com Bush, mostraria que os Estados Unidos teriam sua maior oportunidade de garantir sua hegemonia e expandir seus valores.

Eu viverei e liderarei por esses princípios: para promover minhas convicções com civilidade, para perseguir o interesse público com coragem, para falar por maior justiça e compaixão, e chamar pela responsabilidade e tentar vivê-la como esperado. Em todas essas passagens, eu levarei os valores de nossa história para a atenção de nossos tempos. (BUSH, 2001, tradução nossa)<sup>16</sup>

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro, a intervenção no Afeganistão é colocada não apenas como uma forma de espalhar bons princípios e valores, mas como questão de segurança nacional, portanto, como um ponto-chave na chamada “guerra ao terror”. No discurso após os atentados terroristas, o presidente Bush procura enaltecer as qualidades de seu povo, contrapondo-as a atributos negativos dos terroristas. Os ataques são construídos como atos irracionais e cruéis, que visam a destruir os princípios norte-americanos e confrontar seu “espírito de liberdade” e seu “propósito de civilização”. Isso se dá através de alguns elementos colocados como formadores da “civilização” americana, sendo a própria ideia de civilidade reincidente nessas construções discursivas.

O discurso não é mais de uma ameaça estatal como nos tempos da Guerra Fria, mas de um inimigo novo, o terrorismo transnacional (LIMA, 2005). De acordo com Tatiane Teixeira:

Esse inimigo não se identifica com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementaridade econômica com seu adversário. Aceitar sua existência, nessas condições, significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais conveniente, quem é e onde está o rival, perpetuando uma guerra que será cada mais extensa. (TEIXEIRA, 2007, p. 53)

Por isso a necessidade de se construir sob um Estado (com território fixo e atingível) a justificativa de patrocínio e acolhida

---

16. I will live and lead by these principles: to advance my convictions with civility, to pursue the public interest with courage, to speak for greater justice and compassion, to call for responsibility and try to live it as well. In all these ways, I will bring the values of our history to the care of our times.

de terroristas como forma de julgá-lo contrário à democracia, à liberdade e aos valores comuns que os Estados Unidos presumem ser universais.

O termo “guerra ao terror” é mais um eufemismo que já fora utilizado em outros governos estadunidenses no caso da “guerra contra as drogas”. Apesar do discurso de que a guerra ao terrorismo era única e sem precedentes, o governo Reagan já havia usado os mesmos termos para referir-se, entretanto, a objetos diferentes<sup>17</sup> (PECEQUILO, 2005).

As consequências diretas dos atentados terroristas foram “a declaração imediata de guerra, a convocação de uma ampla aliança nacional e a identificação (e punição) dos responsáveis” (PECEQUILO, 2005, p. 375-376). Logo, os americanos mobilizaram-se em diversas manifestações de repúdio e de um nacionalismo marcado pela emoção e ações patrióticas.

A aprovação da operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional. [...] Dado o caráter do 11 de setembro, essa guerra era tida como ‘justa’, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos. (PECEQUILO, 2005, p. 384)

Nesse contexto, o bem/mal é caracterizado também como amigo/inimigo, de forma que os aliados são todos aqueles que compartilham dos valores norte-americanos e compreendem a necessidade de intervenção para garantir um mundo melhor e mais pacífico – esses valores seriam compartilhados por todos os homens, e por isso, seriam “certos”. Outra característica recorrente e que remete muito especificamente aos discursos do presidente norte-americano é a adoção da compaixão como atributo intrínseco do povo norte-americano. A presença da compaixão é importante para destacar o caráter bondoso dos Estados Unidos, mesmo quando se traduz em intervenções militares.

O maniqueísmo bem/mal está presente nos discursos do presidente Bush como forma de afirmação da contraposição americana/terrorista. O americano seria o povo dotado de compaixão, aquele que tem piedade dos demais por não serem livres nem capazes de se guiarem sozinhos. Os terroristas representariam a maldade no mundo, o que é construído numa abrangência capaz de incluir Estados e seus líderes, ou seja, terrorista é todo aquele

17. A União Soviética ainda era o principal inimigo. O terrorismo estaria associado à atuação e patrocínio soviético em outros países.

considerado inimigo e capaz de ameaçar os Estados Unidos e seus amigos/aliados. Essa seria a diferença fundamental entre o mundo “amigo” dos americanos, no qual se incluem seus aliados e os países considerados “democráticos”, e o mundo “opressor”, marcado por outros valores, como a “tirania” e a “barbárie”.

Hoje, afirmamos um novo compromisso em viver a promessa de nossa nação através da civilidade, da coragem, da compaixão e do caráter. América, no seu melhor, combina um compromisso de princípios e uma preocupação com a civilidade. Uma sociedade civil demanda de cada um de nós boa vontade e respeito, trato justo e perdão. (BUSH, 2001, grifo nosso, tradução nossa)<sup>18</sup>

O pós-11 de Setembro foi marcado por uma reformulação dos objetivos estadunidenses no cenário internacional. De acordo com Flint e Falah (2004), valores como liberdade, justiça e dignidade humana serviriam para inspirar a nova estratégia norte-americana. Enxergou-se nesse momento a possibilidade de colocar em prática diversas ações que culminariam na formulação de documentos pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e na Guerra do Iraque, em 2003 (FROELICH, 2005).

Dentre os documentos formulados, um é especialmente lembrado por pesquisadores como a origem da doutrina Bush. Trata-se da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos” (*National Security Strategy of the United States – NSS*), divulgado em 2002 e que trazia à discussão possíveis formas de intervenção dos EUA em outros Estados.

As principais características do documento envolvem a distinção entre guerra preventiva e guerra preemptiva e a possibilidade do uso de ambas (AMORIM, 2004); a classificação de Estados em “fracos” e “falidos” – *rogue states*; a reafirmação do termo “eixo do mal” e a colocação de alguns Estados nessa classe; a necessidade de evitar que terroristas e Estados que os hospedem ou patrocinem de alguma forma possuam armas de destruição em massa; e a disseminação dos valores liberais democráticos às nações oprimidas por regimes “déspotas” e “tirânicos” (JERVIS, 2003).

O presidente Bush, em 2003, vincula a guerra ao terror à existência de Estados “fora da lei”. Essa comparação pode ter a intenção

---

18. Today, we affirm a new commitment to live out our nation’s promise through civility, courage, compassion and character. America, at its best, matches a commitment to principle with a concern for civility. A civil society demands from each of us good will and respect, fair dealing and forgiveness.

de buscar no imaginário do público a noção de mocinho/bandido, num contraponto direto dos EUA e seus inimigos. Essa construção procuraria demonstrar o padrão de justiça pelo “mocinho” em detrimento do “bandido” arruaceiro e irracional. Pode-se assim distinguir e localizar a ameaça no cenário internacional, de forma que os líderes desses países sejam tidos como a “encarnação do mal”.

Hoje, o perigo mais grave na guerra ao terror, o mais grave perigo que afronta a América e o mundo são os regimes fora da lei, que procuram e possuem armas nucleares, químicas e biológicas. Esses regimes poderiam usar essas armas para chantagear, aterrorizar e praticar assassinatos em massa. Eles ainda poderiam ceder ou vender esses armamentos aos aliados dos terroristas, que poderiam usá-las sem a menor hesitação. (BUSH, 2003, tradução nossa)<sup>19</sup>

Os Estados Unidos reafirmam a possibilidade de agir unilateralmente quando necessário, mesmo que através de intervenções e conflitos diretos – o que em outras palavras significa a mudança de regime através do uso da força (LIMA, 2005). Para tanto, adotariam a política de atuar contra um inimigo antes que esse tivesse a possibilidade de fazê-lo, ou seja, não esperar o primeiro ataque (guerra preventiva), ou de atuar contra um inimigo de quem a ameaça seria iminente e exigiria medidas urgentes e drásticas (guerra preemptiva) (BOIO, 2009; TEIXEIRA, 2007).

A classificação de Estados como “fracos”, “falidos” e “párias” advém da administração Clinton. No entanto, essas formas de classificar Estados (de acordo com os interesses norte-americanos) ganharam maior peso na administração Bush depois do 11 de Setembro e da possibilidade de o Afeganistão, considerado um Estado falido especialmente após a ocupação Talebã, ter hospedado os terroristas responsáveis pelos ataques. Isso pode ser visto em um dos documentos já citados: “Nós devemos estar preparados para deter Estados párias e seus clientes terroristas antes que sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos” (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2002, tradução nossa).<sup>20</sup>

19. Today, the gravest danger in the war on terror, the gravest danger facing America and the world, is outlaw regimes that seek and possess nuclear, chemical, and biological weapons. These regimes could use such weapons for blackmail, terror, and mass murder. They could also give or sell those weapons to terrorist allies, who would use them without the least hesitation.

20. We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends.

Além dos *rogue states*, o governo Bush usou mais uma expressão para identificar possíveis inimigos e ameaças ao seu país. Trata-se do “eixo do mal”, termo utilizado pela primeira vez num discurso à nação (*State of the Union*) no ano de 2002 (WICKHAM, 2002). “Nesse discurso, que remonta às reflexões de Kagan e Kristol debatidas, foram identificados como ameaças à segurança Estados autoritários que desenvolviam projetos de hegemonia regional, ADMs<sup>21</sup> e promoviam o terrorismo internacional” (PECEQUILO, 2005, p. 395). Nesse grupo encontravam-se Iraque, Síria, Irã e Coreia do Norte, seguindo-se Líbia, Síria e Cuba. A única forma de eliminar a ameaça que esses países representavam seria a disseminação dos valores e das instituições democráticas após a derrubada dos regimes preexistentes.

A ausência de um modelo alternativo à organização das sociedades observada no começo do documento Estratégia de Segurança Nacional é parte da explicação para o otimismo. Outra é a expectativa de uma forma benigna do efeito dominó, no momento em que a troca de regime iraquiano é esperada como fortalecedora das forças da liberdade e que possa deter outros potenciais distúrbios da paz. (JERVIS, 2003, tradução nossa)<sup>22</sup>

Os Estados Unidos entendiam que a partir do momento em que a população desses países tivesse contato com uma nova forma de governo e organização política, tornariam o processo democrático mais rápido e dariam exemplo para os demais países da região. “Agiremos ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento e do livre comércio para todos os cantos do mundo” (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2002, tradução nossa).<sup>23</sup>

Tendo em vista esse quadro, seria preciso aumentar significativamente a verba da Defesa, fortalecer os laços com os aliados democráticos e desafiar os regimes hostis aos interesses e valores americanos, promover a causa da liberdade política e econômica mundo afora, aceitar a responsabilidade do papel único da América em preservar e ampliar uma ordem internacional amigável e favorável à segurança, prosperidade e princípios dos EUA. (TEIXEIRA, 2007, p. 200)

21. Armas de destruição em massa.

22. The absence of any competing model for organizing societies noted at the start of the National Security document is part of the explanation for the optimism. Another is the expectation of a benign form of domino dynamics, as the replacement of the Iraqi regime is expected to embolden the forces of freedom and deter other potential disturbers of the peace.

23. Finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world.

Já no ano de 2002, pouco tempo após a invasão do Afeganistão, a possibilidade de mais uma investida na Ásia Central começou a ser cogitada. Tratava-se do Iraque de Saddam Hussein, considerado pelos neoconservadores como principal ameaça à estabilidade no Oriente Médio e à segurança dos Estados Unidos (TEIXEIRA, 2010). Integrantes da administração Bush, especialmente o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e o vice-presidente, Dick Cheney, juntamente às publicações e *think tanks* neoconservadores, passaram a associar o regime de Saddam Hussein à rede terrorista Al Qaeda e seu líder, Osama bin Laden (KAUFMANN, 2004). “Depois do anúncio da nova doutrina estratégica norte-americana, a pressão por uma ofensiva militar contra o regime de Saddam Hussein parece ser quase um pretexto para que Washington imponha ao resto do mundo um unilateralismo baseado na força militar” (PEIXOTO, 2002).

A partir desse momento, diversas tentativas de demonstrar que o regime iraquiano procurava obter armas de destruição em massa foram exploradas na mídia e no Congresso norte-americano a fim de conseguir apoio a mais uma ação militar. Após intenso debate, mas especialmente devido à maioria republicana no Congresso, o presidente Bush conseguiu aprovação para iniciar mais um conflito.

Para vender a guerra do Iraque à mídia e ao povo americano, [...] a Casa Branca moldou o debate em três frentes: as armas de destruição em massa de Hussein configuravam uma ameaça iminente (o quadro das ADMs); o povo do Iraque deveria ser libertado de um ditador cruel (o quadro da libertação); e Hussein patrocinava atividades terroristas (o quadro terrorista). (DAVIDSON *et al.*, 2008, p. 470, tradução nossa)<sup>24</sup>

Diversos países europeus, notadamente Alemanha e França, contestaram a necessidade de uma intervenção direta em forma de ação militar e alegaram que a via da contenção por meio de organismos internacionais era a melhor saída para resolver o problema – a suposta obtenção de ADMs por Saddam. As Nações Unidas e o Conselho de Segurança emitiram a Resolução nº 1441, considerada dúbia e pouco objetiva em relação ao tema (PECEQUILO, 2005;

24. To sell the Iraq war to the American media and people, Caroline Heldman has explained, the White House framed the debate in three ways: Hussein’s weapons of mass destruction posed an imminent threat (the WMD frame); the Iraqi people should be freed from a cruel dictator (the liberation frame); and Hussein sponsored terrorist activities (the terrorist frame).

KAUFMANN, 2004; BOIO, 2009). De qualquer forma, o presidente Bush já havia conseguido aprovação no Legislativo do seu país e não hesitaria em manter o discurso de que se o Iraque não cedesse às pressões norte-americanas e desistisse das supostas ADMs, a mudança de regime aconteceria sem demoras. De acordo com Kaufmann (2004), a alegação de que o Iraque detinha ADMs tinha o objetivo de criar um cenário ainda mais aterrorizante que os atentados de 11 de Setembro, a fim de legitimar a intervenção.

Retomando as construções de Bush em relação ao “eixo do mal”, ao usar a palavra “eixo”, procura-se construir uma relação direta com o grupo formado pela Alemanha nazista, a Itália e o Japão na Segunda Guerra Mundial. Esse confronto é resgatado de forma a mostrar a ameaça e a necessidade de combater um novo inimigo tão perigoso quanto os que surgiram no conflito global.

Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um **eixo do mal**, que se arma para ameaçar a paz no mundo. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes colocam um grande e crescente perigo. Eles poderiam prover armas a esses terroristas, dando-lhes os meios necessários que condizem com seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um desses casos, o preço da indiferença poderia ser catastrófico. (BUSH, 2002, grifo nosso, tradução nossa)<sup>25</sup>

O discurso americano procura estabelecer vínculos de diferenciação com o que considera um dos grandes inimigos da liberdade do século passado sob a forma da expansão nazista na Europa e do conflito com o Japão no Oceano Pacífico. Isso tem o intuito de mostrar que o perigo apenas mudou de nome, mas a necessidade de combater é a mesma, sendo a ação norte-americana tão necessária quanto foi no passado e por isso todos devem corroborá-la. O isolacionismo é abordado como a pior atitude em relação a esses países, mostrando a clara propensão à ação em detrimento da contenção.

Partindo do suposto excepcionalismo norte-americano, o presidente Bush fará resgates históricos de como o país abdicou de uma posição mais isolacionista e ajudou outros povos. A alusão da

---

25. States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.

ajuda norte-americana no combate ao nazifascismo tem o intuito de mostrar seu caráter nobre, como defensores do mundo livre e contra a opressão de regimes tirânicos. “Essa é a história de um novo mundo que se tornou amigo e libertador do antigo, a história de uma sociedade escravista que se tornou serva da liberdade” (BUSH, 2001, tradução nossa).<sup>26</sup>

Em outro momento, o presidente norte-americano compara o número de democracias em 1945 e o número atual (BUSH, 2002). Marcar o período inicial em 1945 significa levar em conta a expansão dos Estados Unidos no cenário internacional como uma das superpotências remanescentes da Segunda Guerra Mundial. A disputa entre os EUA e a URSS na Guerra Fria marcaria justamente a diferença do apoio dado a cada Estado, seja pelo bloco capitalista, “defensor” das democracias liberais, seja pelo bloco socialista, “defensor” de “regimes populares”. A partir daí, o presidente buscará exemplos atuais para demonstrar que o avanço da democracia é regra no mundo desde o período mencionado, e que a oposição da tirania seria a exceção a ser combatida. A expansão do número de democracias seria a comprovação de que seus valores são “certos” e devem continuar a ser levados a outras partes do mundo.

Por isso, a guerra ao terror é comparada aos grandes conflitos pelos quais passaram os EUA no século anterior, das Guerras Mundiais à Guerra Fria. Essa construção busca criar elementos similares na percepção do perigo e da ameaça, uma vez que não é possível num primeiro plano indicar o inimigo como seria feito por meio de um Estado. Essa construção discursiva procura ainda estabelecer justificativas para a guerra ao terror além dos terroristas, especialmente com a inclusão da ameaça de determinados países à segurança internacional.

A possibilidade de atuação desses regimes implicará a afirmação de que os Estados Unidos agirão independentemente da opinião dos demais países pela iminência da ameaça. Essa iminência é que caracteriza a ação preemptiva dos EUA, como no caso afegão.

O isolacionismo não iria apenas amarrar nossas mãos no combate aos inimigos, ele nos impossibilitaria de ajudar nossos amigos em urgente necessidade. Nós mostramos compaixão fora de nosso país porque os americanos acreditam na dignidade dada por Deus [...]. Nós ainda demonstramos compaixão no exterior porque regi-

26. It is the story of a new world that became a friend and liberator of the old, a story of a slave-holding society that became a servant of freedom.

ões dominadas pela pobreza, corrupção e desespero são fontes de terrorismo, crime organizado, tráfico humano e tráfico de drogas. (BUSH, 2006, tradução nossa)<sup>27</sup>

A partir de então, o presidente Bush começa a construir seu argumento em torno do regime iraquiano, o primeiro alvo de fato da nova estratégia de segurança dos Estados Unidos (NSS, 2002). A necessidade de intervenção no Iraque é construída a fim de mostrar que não há nada que se possa fazer para evitar uma “catástrofe” do que uma mudança no regime do país. A intervenção no país se classificaria como uma guerra preventiva, em que a ameaça não é iminente, mas não se pode deixar que ela cresça a ponto de que não se possa agir no futuro.

Alguns disseram que não devemos agir até que a ameaça seja iminente. Desde quando terroristas e tiranos anunciam suas intenções, nos avisando polidamente antes de atacar? Se a essa ameaça for permitido o surgimento completo e repentino, todas as ações, todas as palavras e todas as recriminações chegarão tarde demais. Confiar na sanidade e moderação de Saddam Hussein não é uma estratégia, nem uma opção. (BUSH, 2003, tradução nossa)<sup>28</sup>

A grande ênfase nesse ponto do discurso em relação ao Iraque representa uma tentativa de aproveitar o melhor momento do que o presidente Bush chamou de “guerra ao terror”. Entre a invasão do Afeganistão e o começo da guerra do Iraque, o 11 de Setembro ainda permanecia como um evento marcante e traumático no imaginário norte-americano, por isso o enfoque maior nesse país a fim de construí-lo como uma grande ameaça aos Estados Unidos.

O discurso do primeiro alvo deveria ser exemplar para justificar e “comprovar” a necessidade da intervenção, e isso se dará a partir de exemplos históricos do belicismo de Saddam Hussein, da sua indiferença em relação às instituições internacionais, da suposta posse de armas de destruição em massa, e especialmente

---

27. Isolationism would not only tie our hands in fighting enemies, it would keep us from helping our friends in desperate need. We show compassion abroad because Americans believe in the God-given dignity [...] We also show compassion abroad because regions overwhelmed by poverty, corruption, and despair are sources of terrorism, and organized crime, and human trafficking, and the drug trade.

28. Some have said we must not act until the threat is imminent. Since when have terrorists and tyrants announced their intentions, politely putting us on notice before they strike? If this threat is permitted to fully and suddenly emerge, all actions, all words, and all recriminations would come too late. Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option.

de sua “comprovada” relação com grupos terroristas, inclusive a Al Qaeda. A ligação do regime iraquiano com terroristas foi a primeira tentativa de adotar um discurso de construção de Saddam como o “outro” terrorista. No entanto, o governo norte-americano não conseguiu convencer o público dessa ligação e teve de mudar o seu discurso, afirmando que a posse de armas de destruição em massa caracterizaria uma ameaça ainda maior que os terroristas.

Ainda existem governos que patrocinam e abrigam terroristas – mas seu número tem diminuído. Ainda existem regimes em busca de armas de destruição em massa – mas não mais sem atenção e sem efeito. Nosso país ainda é o alvo dos terroristas que querem matar muitos, e intimidar a todos nós – e nós vamos nos manter na ofensiva contra eles, até que a guerra seja vencida. (BUSH, 2005, tradução nossa)<sup>29</sup>

O Oriente Médio é novamente trazido à tona com a discussão acerca da Síria como um dos países que patrocinam o terrorismo internacional, desestabilizando países na região como Líbano e buscando ameaçar Israel e os Estados Unidos. Dessa forma, assim como o Irã, a Síria também é construída a partir da lógica da obtenção de armas de destruição em massa, a fim de impelir a conexão entre esses países e seu entendimento como ameaça.

O presidente Bush continua a construir o Irã como uma grande ameaça aos interesses norte-americanos e patrocinador do terrorismo. O enfrentamento do presidente iraniano em não aceitar a paralisação de seu programa de enriquecimento de urânio para fins energéticos o torna um dos principais alvos da “guerra ao terror”. O governo iraniano é construído como o inimigo da liberdade, dos direitos humanos e da democracia, retratado como fonte da desestabilização de outros regimes no Oriente Médio (notadamente os que têm maior ligação com os Estados Unidos), além de configurar-se como maior ameaça à existência de Israel na região, por isso a repetição do presidente Bush em relação à obtenção de armas nucleares pelo Irã.

O mesmo é verdade para o Irã, uma nação agora feita refém por uma pequena elite clerical que está isolando e reprimindo seu povo. O regime nesse país patrocina terroristas nos territórios da

29. There are still governments that sponsor and harbor terrorists – but their number has declined. There are still regimes seeking weapons of mass destruction -- but no longer without attention and without consequence. Our country is still the target of terrorists who want to kill many, and intimidate us all -- and we will stay on the offensive against them, until the fight is won.

Palestina e no Líbano – e isso precisa acabar. (Aplausos) O governo iraniano está desafiando o mundo com suas ambições nucleares, e as nações do mundo não devem permitir que o governo iraniano obtenha armas nucleares. (Aplausos) A América continuará a recobrar forças do mundo para enfrentar essas ameaças. (BUSH, 2006, tradução nossa)<sup>30</sup>

A reeleição republicana significou a perpetuação das políticas neoconservadoras, sobretudo após a dupla vitória do partido nas duas casas do Congresso americano. O secretário Donald Rumsfeld foi mantido na pasta da Defesa, Colin Powell foi substituído por Condoleezza Rice na Secretaria de Estado e Alberto Gonzales ocupou o cargo de John Ashcroft como ministro da Justiça. No lugar de Rice, que ocupava cargo no Conselho de Segurança Nacional, foi nomeado seu “número dois”, Stephen Hadley, corroborando a coesão da administração em torno dos falcões neoconservadores.

A guerra ao terror como plataforma de política externa norte-americana foi mantida, do mesmo modo que o discurso intervencionista como forma de levar a democracia e os valores liberais aos países que representassem alguma ameaça aos Estados Unidos e seus aliados. A democracia seria um valor “certo”, perseguido por todos os indivíduos do mundo, porque essa seria uma vontade inata dos homens. Bush afirmará que o regime democrático nada mais é que a “evolução da humanidade”, pressuposto da civilização apoiada pelos norte-americanos. O discurso em prol da expansão da democracia é um dos principais pontos de toda a argumentação em torno da necessidade de intervenção em determinados países.

A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e na estabilidade interna e dos vizinhos – se democráticos.

Reformas esperançosas estão tomando lugar num arco do Marrocos que passa pelo Jordão e Bahrein. O governo da Arábia Saudita pode demonstrar sua liderança na região expandindo o papel de seu povo na determinação de seu próprio futuro. E a grande e orgulhosa nação do Egito, que mostrou o caminho em direção à

---

30. The same is true of Iran, a nation now held hostage by a small clerical elite that is isolating and repressing its people. The regime in that country sponsors terrorists in the Palestinian territories and in Lebanon -- and that must come to an end. (Applause.) The Iranian government is defying the world with its nuclear ambitions, and the nations of the world must not permit the Iranian regime to gain nuclear weapons. (Applause.) America will continue to rally the world to confront these threats.

paz no Oriente Médio, pode agora mostrar o caminho em direção à democracia no Oriente Médio. (BUSH, 2005, tradução nossa)<sup>31</sup>

A causa da democracia seria, portanto, a garantia da paz – em outras palavras, a manutenção do *status quo* norte-americano. O que se pretende é uma “paz democrática”: se fossem todos democráticos, os países da região se guiariam por valores comuns da “civilização” e não buscariam dominar ou agredir seus vizinhos.

A expansão da democracia está intimamente ligada à construção discursiva dos ideais americanos, como parte da “missão” do país frente às suas responsabilidades do “momento único” que viveria. Dessa forma, o presidente Bush novamente usa a compaixão como expressão do caráter norte-americano frente aos demais povos. A razão de intervir externamente nada mais seria que a necessidade de ajudar àqueles que sofrem opressão e não conseguem se desvencilhar de governos tirânicos.

O ideal então seria que todos os regimes fossem democráticos para que a paz fosse automaticamente garantida, assim como os interesses norte-americanos no globo.

Nosso intuito é construir e preservar uma comunidade de nações livres e independentes, com governos que respondam aos seus cidadãos e espelhem suas próprias culturas. E porque as democracias respeitam seus próprios povos e seus vizinhos, o avanço da liberdade resultará na paz. (BUSH, 2005, tradução nossa)<sup>32</sup>

A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e na estabilidade interna e externa. O presidente vai além, conectando a construção discursiva com a existência de um momento único a ser aproveitado pelos Estados Unidos: “Esse avanço [da democracia] tem um grande momento em nosso tempo [...]. Nós estamos testemunhando um marco divisório na história da liberdade. E nos próximos anos, iremos somar a essa história” (BUSH, 2005, tradução nossa).<sup>33</sup>

31. Hopeful reform is already taking hold in an arc from Morocco to Jordan to Bahrain. The government of Saudi Arabia can demonstrate its leadership in the region by expanding the role of its people in determining their future. And the great and proud nation of Egypt, which showed the way toward peace in the Middle East, can now show the way toward democracy in the Middle East.

32. Our aim is to build and preserve a community of free and independent nations, with governments that answer to their citizens, and reflect their own cultures. And because democracies respect their own people and their neighbors, the advance of freedom will lead to peace.

33. That advance has great momentum in our time [...] We are witnessing landmark events in the history of liberty. And in the coming years, we will add to that story.

Isso é novamente abordado ao se construir a necessidade da mudança de regime no Iraque por sua posição estratégica, considerado um país-base de terroristas. Existe nesse caso uma tentativa de colocar o governo de Saddam Hussein como patrocinador de atividades terroristas, mais uma justificativa da intervenção no país iraquiano. Com a possibilidade de expansão da democracia, os terroristas perderiam seu apoio no Iraque.

A defesa da democracia no Oriente Médio é retratada como algo “requisitado pela humanidade”, como o “certo” a se fazer e indiscutível por esse motivo. “Americanos são um povo livre, que sabem que a liberdade é o direito de cada pessoa e o futuro de cada nação. A liberdade que prezamos não é um presente da América ao mundo, mas de Deus para a humanidade” (BUSH, 2003, tradução nossa).<sup>34</sup>

Países como Irã e Coreia do Norte passaram a receber maior atenção e foram motivo de tensões diplomáticas, com constantes investidas da então secretária de Estado, Condoleezza Rice. No entanto, a permanência das tropas no Iraque e no Afeganistão afastava no curto prazo qualquer possibilidade de intervenção em outro país.

Em 2006, no meio de seu segundo mandato presidencial, o presidente Bush, através de seu Conselho de Segurança Nacional, publicou a segunda edição da Estratégia de Segurança Nacional (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2006). Sem apresentar novas ideias, o documento reafirmava a possibilidade da guerra preventiva/preemptiva, a necessidade de levar a democracia ao Oriente Médio e outros países considerados tirânicos, o poder incontestado e consequente responsabilidade norte-americana em assegurar a estabilidade e a paz no mundo como forma de garantir sua própria segurança.

## Considerações finais

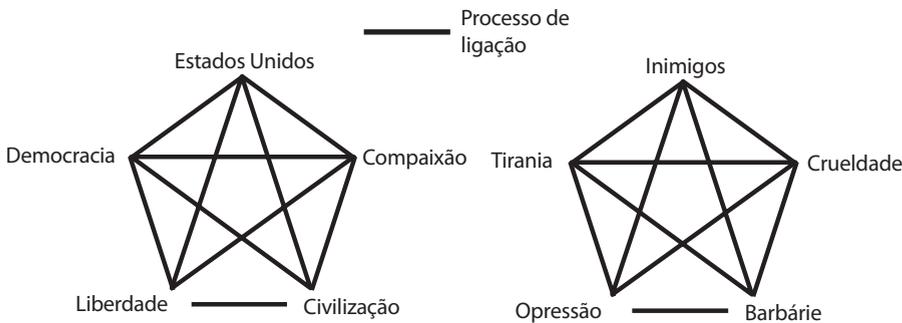
Nesse contexto, podemos utilizar as noções de *linking* e *differentiation* de Lene Hansen (2006). Determinadas representações seriam colocadas como antônimos diretos, de forma que uma característica norte-americana teria seu antônimo correspondente

---

34. Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to humanity.

num processo de características comuns a cada grupo em detrimento das características do outro. No caso dos Estados Unidos, a democracia, a liberdade, a civilização e a compaixão se oporiam à tirania, opressão, barbárie e crueldade dos seus inimigos.

A construção negativa do outro é feita pelo contraponto, atribuindo-se valor às qualidades da civilização. Em seu discurso no ano de 2007, o presidente Bush busca retomar o contraponto entre o eu e o outro, a fim de marcar bem a necessidade de combater o inimigo. No entanto, dessa vez o discurso é mais enfático nas características do inimigo, como a crueldade e a vontade de matar os norte-americanos.



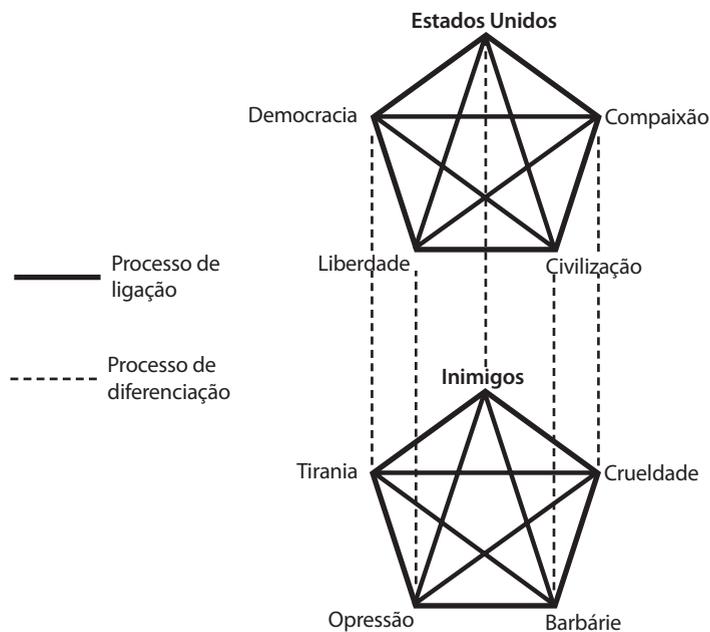
**Figura 1** - Processo de ligação – Os Estados Unidos e seus inimigos.

Fonte: Baseado no modelo de Lene Hansen (2006).

O papel dessa diferenciação foi essencial para procurar convencer a plateia de que os objetivos propostos eram “essenciais” à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz num contraponto às características que ele considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem.

A securitização do objeto visou a construir a imagem negativa de Estados ao associá-los com o terrorismo. As ideias presentes demarcavam o campo de atuação da política externa norte-americana e pretendiam justificar invasões em outros territórios como algo essencial.

Poder-se-ia afirmar que toda relação política é maniqueísta e que a construção social do “eu” e do “outro” é conflituosa por natureza. Não é o pretendido neste trabalho e comprovar o oposto seria tema para outra pesquisa. O “outro” não é necessariamente o “inimigo”, esse sim objeto de nosso estudo.



**Figura 2** - Processo de ligação e diferenciação – Estados Unidos e seus inimigos.  
Fonte: Baseado no modelo construído por Lene Hansen (2006).

Considerar, portanto, o maniqueísmo nos discursos do presidente norte-americano é essencial não apenas pelo viés político mas para entender como as ideias constroem e buscam enaltecer determinados conceitos em detrimento de outros.

Procuramos demonstrar neste trabalho como o discurso (e a sua análise) podem e são utilizados por teóricos e pesquisadores das Relações Internacionais como objetivo e método. Apresentamos de maneira sucinta como o discurso evoluiu enquanto objeto de estudo das ciências sociais no século XX e atingiu maior visibilidade pelo chamado “giro linguístico”. A partir daí, partimos para um estudo mais focado na questão da identidade por meio de vieses construtivistas – variando no próprio paradigma de uma visão mais crítica e estrutural a outra considerada pós-estruturalista.

A análise do discurso pode ser utilizada pelos pesquisadores das RI como modo de compreender melhor as formas de representação da identidade. Assim, os elementos materiais e o papel das ideias como formadores dessas identidades reproduzem estruturas

autorreferentes nesses discursos. A partir do momento em que se tem contato com a possibilidade de entender como determinadas estruturas são reproduzidas por meio de uma construção baseada na negação ou no posicionamento inferior do outro, é possível perceber como os atores se constroem e identificam aliados ou inimigos – daí a importância da percepção do que seria uma ameaça construída e uma ameaça real, ou seja, a distinção entre ameaça e risco aqui apresentada.

## Referências

AGIUS, Christine. Social constructivism. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary security studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

AMORIM, Paulo Jorge. *A revisão da política externa norte-americana no pós-11 de setembro de 2001: o século americano*. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/a\\_revisao\\_da\\_pe\\_eua\\_pos\\_11\\_setembro.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/a_revisao_da_pe_eua_pos_11_setembro.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2009.

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *Postmodern theory: critical interrogations*. New York: The Guilford Press, 1991.

BOIO, David. *A geopolítica da administração W. Bush: o derrube do regime iraquiano em 2003*. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/a\\_med\\_do\\_discurso\\_pol\\_pela\\_cs.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/a_med_do_discurso_pol_pela_cs.pdf)> Acesso em: 21 mar. 2009.

BUSH, George W. Discurso sobre o Estado da União. Washington, 2001. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/inaugural-address.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BUSH, George W. Discurso à Nação após os atentados terroristas de 11 de Setembro. Washington, 2001a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BUSH, George W. Discurso sobre o Estado da União. Washington, 2003. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BUSH, George W. Discurso sobre o Estado da União. Washington, 2005. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/02/20050202-11.html>>. Acesso em 12 jun. 2009.

BUSH, George W. Discurso sobre o Estado da União. Washington, 2006. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/01/20060131-10.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CAMPBELL, David. *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

- DAVIDSON, Roger H. *et al.* *Congress and its members*. 11. ed. Washington: CQ Press, 2008.
- DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Conceito, 2008.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FLINT, Colin; FALAH, Ghazi-Walid. How the United States justified its war on terrorism: prime morality and the construction of a 'just war' author. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 8, p. 1379-1399, 2004.
- FROELICH, Ivani Vassoler. A política externa americana e seus críticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005, p. 205-215.
- GRACIA, Tomás Ibáñez. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HANSEN, Lene. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. London: Routledge, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IÑIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JERVIS, Robert. Understanding the Bush doctrine. *Political Science Quarterly*, v. 118, n. 3, p.365-388, 2003.
- KAUFMANN, Chaim. Threat inflation and the failure of the marketplace of ideas: the selling of the Iraq War. *International Security*, v. 29, n. 1, p. 5-48, Summer 2004.
- LIMA, Leonardo Perez. Terrorismo, doutrina Bush e a estabilidade do sistema internacional. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 109-131, jun. 2005.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUTIMER, David. Critical security studies: a schismatic history. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary security studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- NATIONAL SECURITY COUNCIL OF THE UNITED STATES OF AMERICA. National Security Strategy, Washington, 2006. Disponível em: <<http://georgew-bush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>>. Acesso em: 23 maio 2009.
- NATIONAL SECURITY COUNCIL OF THE UNITED STATES OF AMERICA. National Security Strategy, Washington, 2002. Disponível em: <<http://georgew-bush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>>. Acesso em: 20 maio 2009.
- OWEN, 1994. How liberalism produces democratic peace. *International Security*, v. 19, n. 2, p. 87-125, Fall 1994.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. Desventuras de um império global. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, p. 37-52, 2002.

RICOUER, Paul. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, Sheldon (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ, 1992.

ROJO, Luiza Martín. A fronteira interior - análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". In: INÍGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHONBERG, Karl L. *Constructing 21st century U.S. foreign policy: identity, ideology and America's world role in a new era*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 80-96, 2007.

TEIXEIRA, Tatiane. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WICKHAM, 2002. September 11 and America's war on terrorism: a new manifest destiny? *American Indian Quarterly*, v. 26, n. 1, p. 116-144, Winter 2002.